

Atuação da USAID, no Brasil, em temas ambientais – um resumo



1. Histórico

A cooperação entre a “United States Agency for International Development” (USAID) e o Governo brasileiro iniciou-se em 1962, tendo como justificativa a necessidade de fortalecimento das instituições brasileiras frente à instabilidade econômica e à injustiça social:

“In 1962, USAID began partnering with the Brazilian people on issues such as health, education, food security, sanitation, rights of children and adolescents, human trafficking, energy, microenterprise development, and the environment.

During the 1960s and 1970s, USAID helped Brazil strengthen its national institutions and build their capacity to address complex problems, such as economic instability and social inequality. USAID supported some of the most important public universities in Brazil, provided higher education support to a generation of Brazil’s leading economists, helped build transport and electric infrastructure, and strengthened the country’s public administration.”¹

Segundo informações da página da USAID² na internet, um dos mais sólidos parceiros da agência no Brasil é a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que, como se verá mais adiante neste resumo, destaca-se hoje em dia em cooperações trilaterais desenvolvidas em terceiros países:

“One of the most significant institutions to receive USAID assistance during this period was the Brazilian Agricultural Research Corporation (EMBRAPA). Created in 1972 to combat a food crisis in Brazil, EMBRAPA received support from USAID to increase its research capabilities and outreach. Today, and in part due to EMBRAPA, Brazil is one of the world’s largest agricultural producers.”

Na década de 1980, segundo a agência norte-americana³, a cooperação com o Brasil voltou-se a **temas ambientais**, de saúde e direitos humanos:

“In the 1980s, USAID focused its work on the environment, health, and human trafficking issues. The environment program focused on global climate change, biodiversity conservation, forest fire prevention, and renewable energy. USAID worked closely with the Brazilian government to control and treat tuberculosis and supported the work of non-governmental organizations in HIV/AIDS prevention. USAID supported civil society organizations to stop human trafficking and protect the rights of children and adolescents.” (grifei)

¹ <https://www.usaid.gov/brazil/history>

² <https://www.usaid.gov/brazil/history>

³ <https://www.usaid.gov/brazil/history>

Cumpra mencionar que o início da cooperação da USAID com o governo brasileiro em temas ambientais se deu no subprograma de ciência e tecnologia do PPG-7, envolvendo o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)⁴:

Pilla⁷³ (2008) explica que a USAID considerou importante participar do Subprograma de Ciência e Tecnologia apoiando as pesquisas e a reforma dos dois Centros de Ciência da região amazônica, o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. A agência entende que o fomento às pesquisas e a produção de conhecimento do ecossistema local possibilitam a busca de soluções para reverter a degradação ambiental. A USAID acompanhou a análise de propostas do segundo edital, da fase I, para selecionar os projetos que seriam financiados e vem acompanhando todas as etapas da fase II dos projetos em rede juntamente com os demais atores envolvidos no SPC&T. O autor esclarece ainda que a USAID prestou a cooperação financeira nos programas dos quais participou no âmbito do PPG7.

⁷³ Ernani Pilla, coordenador do Programa de Meio Ambiente da USAID/Brasil, em entrevista ao autor no dia 28.01.2008, em Brasília.

Também cabe contextualizar que, em substituição ao discurso preponderante nas décadas anteriores de “ajuda ao desenvolvimento” do Brasil, as iniciativas da USAID em temas ambientais encamparam o discurso aparentemente progressista e não-intervencionista de “desenvolvimento sustentável” – um conceito, aliás, importado do sistema ONU, notadamente, da CDB:

Analisando os documentos da USAID relacionados à sua participação no PPG7, verifica-se que a agência promoveu a continuidade das suas ações no pós-Guerra Fria e durante a implementação dos seus programas de meio ambiente no Brasil, no início dos anos 1990, em relação às suas estratégias iniciais da década de 1960. O discurso da época de sua criação da ajuda ao desenvolvimento, de esforços por uma vida melhor, de uma sociedade mais democrática, do apoio econômico e social aos países em desenvolvimento e do apoio às políticas abertas e de mercado, permanece nos seus documentos atuais. As estratégias do programa de meio ambiente da USAID seguiram essa tendência, porém, na fase recente, incorporando o discurso do desenvolvimento sustentável.

Outra característica da estratégia de atuação norte-americana, em temas ambientais, no Brasil é combinar o discurso de cooperação pelo “desenvolvimento sustentável” com questões de gênero, temáticas regionais, e iniciativas lideradas por ONGs ou agentes locais:

⁴ Divardin, D. **Cooperação Internacional e Meio Ambiente: os programas da USAID no Brasil**. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96402/divardin_dh_me_mar.pdf;jsessionid=5D5B3161590382E45F0C96871C2316F2?sequence=1

De acordo com o exposto, a USAID só financia projetos relacionados diretamente aos seus interesses e linhas de atuação. Nesse sentido, a agência priorizou participar de ações que estivessem relacionados com a sociedade civil, com a questão de gênero, ações locais e especificidades regionais. Soma-se a isso, a preferência por áreas geográficas estratégicas como a Amazônia⁷⁴.

(Como se sabe, a atuação ancorada em ONGs transfere do Estado brasileiro, para a iniciativa privada, a governança das políticas e estratégias em temas ambientais, ao passo que a atuação da agência norte-americana diretamente com autoridades locais tem o condão de enfraquecer o pacto federativo e de impossibilitar o efetivo controle e comando da União em temas com impacto na soberania nacional, defesa e gestão do patrimônio natural (genético e subsolo) do país.)

Encontra-se em destaque na página da USAID⁵ a informação de que, em 2011, o *status* do Brasil perante os EUA começou a mudar, resultando no reposicionamento do país - do papel de receptor de ajuda internacional, para disseminador de experiências bem-sucedidas -, na qualidade de parceiro da USAID em missões trilaterais realizadas em terceiros países:

“(...) In 2011, the United States and Brazil partnered to implement development activities and provide expertise in other countries. This new donor role for Brazil recognizes the country's economic ascent and desire to apply its domestic experience in decreasing poverty and hunger and increasing people's participation in society.

USAID/Brazil became the Agency's first Strategic Partnerships Mission in 2014, recognizing that Brazil was no longer a traditional aid recipient, but rather an advancing partner in addressing global development challenges. The operational premise is that USAID/Brazil should serve as a catalytic platform for partnership in the region, in order to address Agency's priorities not only in the Brazilian Amazon, but also in other parts of the world (see Trilateral Cooperation).”

A Embrapa, ligada à Convenção da Diversidade Biológica (CDB) pelo “Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura” (TIRFAA), da FAO, é, como anteriormente mencionado, um dos principais parceiros das iniciativas de cooperação trilateral envolvendo USAID e o governo federal brasileiro. [Tal parceria pode, inclusive, representar mecanismo responsável por amenizar potenciais desavenças do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) face à agenda conservacionista priorizada pelo governo norte-americano no Brasil.]

*“Working towards common development goals, the two countries have been working since 2010 to enhance joint activities and expand technical cooperation in Africa, Latin America, and the Caribbean. The work focuses on economic development, education, food security, women's issues, health care, and social inclusion. **USAID works closely with the Brazilian Cooperation Agency (ABC) of Brazil's Ministry of External Relations and the Brazilian Agricultural Research Corporation (EMBRAPA).***

⁵ <https://www.usaid.gov/brazil/history>

In Mozambique, Honduras, and Haiti, USAID and ABC collaborate to reduce poverty, hunger, and malnutrition through improvements to agricultural productivity and food security.

USAID/Brazil's Trilateral Cooperation Program has supported Embrapa's contributions to the recently created Fall Armyworm (FAW) Research for Development (R4D) International Consortium to continue tackling the scourge of the FAW, which is threatening food security across Africa. (...).⁶ (grifei)

O novo *status* alcançado pelo Brasil perante a USAID, de parceiro disseminador de tecnologia, *know how* e experiências bem-sucedidas em cooperações trilaterais realizadas em terceiros países, é apresentado pela agência norte-americana como pano de fundo para a assinatura, em 2014, do novo acordo de cooperação com o Brasil, o qual resultaria, em 2017, na criação da **Plataforma Parceria pela Amazônia (PPA)**, mediante modelo “inovador” de engajamento do setor privado:

“In light of this new approach and in the spirit of working with Brazil as a partner, in August 2014, USAID signed a bilateral agreement with the Government of Brazil to support its efforts to conserve biodiversity in the Brazilian Amazon and to foster the participation and engagement of the private sector in social and economic investment activities in Brazil. In late 2017, with the creation of the Partnership Platform for the Amazon (PPA) (<https://ppa.org.br/>) USAID/Brazil has increased its focus on the engagement of the private sector. (...).⁷”

Neste ponto, fica a impressão de que o governo brasileiro (Ministério das Relações Exteriores – MRE) haveria cedido à proposta de modelo “inovador” de engajamento do setor privado na Amazônia, por meio da criação do sistema PPA, em troca do novo *status* concedido ao país no “Development Objective Grant Agreement” (DOAG), assinado em 2014.

Sobre o engajamento da USAID/Brasil com o setor privado, no âmbito da PPA, encontramos o seguinte detalhamento na página da agência na internet⁸:

“A USAID tem um longo histórico de trabalho voltado à conservação da biodiversidade da Amazônia brasileira por meio de parcerias com o governo e a sociedade civil. Em 2014, ao deixar seu papel de doador tradicional voltado à assistência ao desenvolvimento, a USAID/Brasil transformou-se em uma missão de “Parcerias Estratégicas”. Desde então, tem catalisado parcerias transformadoras”.

A USAID tem um longo histórico de colaboração com o setor privado, intensificada em 2007 por meio da Plataforma Mais Unidos que reuniu empresas norte-americanas com o objetivo comum de investir em educação para preparar a juventude brasileira para uma economia global.

A partir destas experiências, a USAID/Brasil desenvolveu a Plataforma de Parceiros pela Amazônia (PPA) para catalisar a economia amazônica e promover comunidades sustentáveis empoderadas e que conservem a biodiversidade, as

⁶ <https://www.usaid.gov/brazil/our-work/trilateral-cooperation>

⁷ <https://www.usaid.gov/brazil/history>

⁸ <https://pcabhub.org/pt-br/quem-somos/engajamento-com-o-setor-privado>

florestas e os recursos naturais. A missão da PPA é estabelecer parcerias com empresas privadas para desenvolver e identificar soluções inovadoras para o desenvolvimento sustentável e a conservação da biodiversidade da Amazônia. (...)

Além do desenvolvimento da Plataforma, que engaja diversas empresas, a USAID/Brasil também desenvolveu parcerias bilaterais como as com a Mineração Rio do Norte (MRN), dentro do Programa Territórios Sustentáveis, e com o Google, dentro do Programa Novas Tecnologias. (...)”

Sobre o “Althelia Biodiversity Fund” (ABF), fundo responsável pelo financiamento do modelo “inovador” do sistema PPA⁹:

“Como parte de sua Política de Engajamento com Setor Privado, a USAID tem apoiado iniciativas do setor nos esforços de conservação da Amazônia Brasileira e promovido modelos mistos de financiamento para superar desafios e riscos inerentes a fundos deste tipo. (...)

O Fundo de Biodiversidade (ABF - FIP), foi lançado formalmente por Althelia Funds, o gestor do ABF, em novembro. (...) O fundo foi lançado em conjunto com a expansão da Plataforma de Parceiros pela Amazônia no Pará.

O fundo de Biodiversidade foi co-desenhado por Althelia Funds com parceiros estratégicos brasileiros. Trata-se de fundo de investimento de impacto liderado pelo setor privado, e capitalizado majoritariamente por investimentos privados.”

Por fim, importante também mencionar que a USAID, em que pese o art. 21, inc. I da Constituição Federal (1988), e o pacto federativo brasileiro, assinou em 2022, **Memorando de Entendimento com a Força-Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas**¹⁰.

2. O acordo DOAG e a PPA

O acordo bilateral DOAG, entre USAID e o governo brasileiro, assinado em 2014, envolve áreas-chave da gestão federal tendo o programa de conservação da biodiversidade brasileira como um dos seus principais objetivos:

“Under USAID/Brazil’s current biodiversity conservation program, which forms a significant part of the USG-GOB strategic partnership, USAID works in close partnership with the GOB through a long-term Development Objective Grant Agreement (DOAG), signed in August 2014. This strategic program provides targeted technical expertise and cooperation in support of Brazil’s biodiversity and forest conservation and sustainable development goals for the Amazon. Working through and with private sector leaders and Brazilian civil society organizations, USAID and GOB jointly promote new and more sustainable models for socioeconomic development of the region that will ultimately conserve forests and biodiversity while promoting community well-being over the long-term. The

⁹ <https://pcabhub.org/pt-br/quem-somos/engajamento-com-o-setor-privado>

¹⁰ <https://br.usembassy.gov/pt/usaide-forca-tarefa-dos-governadores-para-o-clima-e-florestas-assinam-memorando-de-entendimento/>

consortium of partners under the DOAG, Partnership for the Conservation of Amazon Biodiversity (PCAB) works together to meet Brazil's conservation and development goals (...).¹¹

O DOAG, assinado em agosto de 2014, não está disponível para consulta na internet, mas é possível ter acesso a seu **Ajuste Complementar**¹², de 2015, firmado para a implementação do projeto “**Conservação dos recursos biológicos da Amazônia**”, em alinhamento ao já existente programa “**Áreas Protegidas da Região Amazônica**” (ARPA). Abaixo, a íntegra dos artigos I e VI do Ajuste Complementar:

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA "CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS BIOLÓGICOS NA AMAZÔNIA"

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo dos Estados Unidos da América
(doravante denominados “Partes”),

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objeto a implementação do projeto "Conservação dos Recursos Biológicos na Amazônia" (doravante denominado “Projeto”), cujo propósito é apoiar os esforços do Governo da República Federativa do Brasil relacionados à conservação dos recursos biológicos nos sistemas de áreas protegidas da Amazônia brasileira em alinhamento aos esforços do Programa de Áreas Protegidas da Região Amazônica (ARPA), durante 5 anos, em função dos seguintes Resultados almejados:

- a) a conservação da biodiversidade é fortalecida em áreas protegidas prioritárias e mosaicos;
- b) apoiada a política nacional de manejo de terras e meio ambiente em terras indígenas;
- c) apoiadas as iniciativas de ciência, tecnologia e inovação empreendidas pelo Governo do Brasil aplicadas para a conservação de recursos biológicos em Áreas Protegidas.

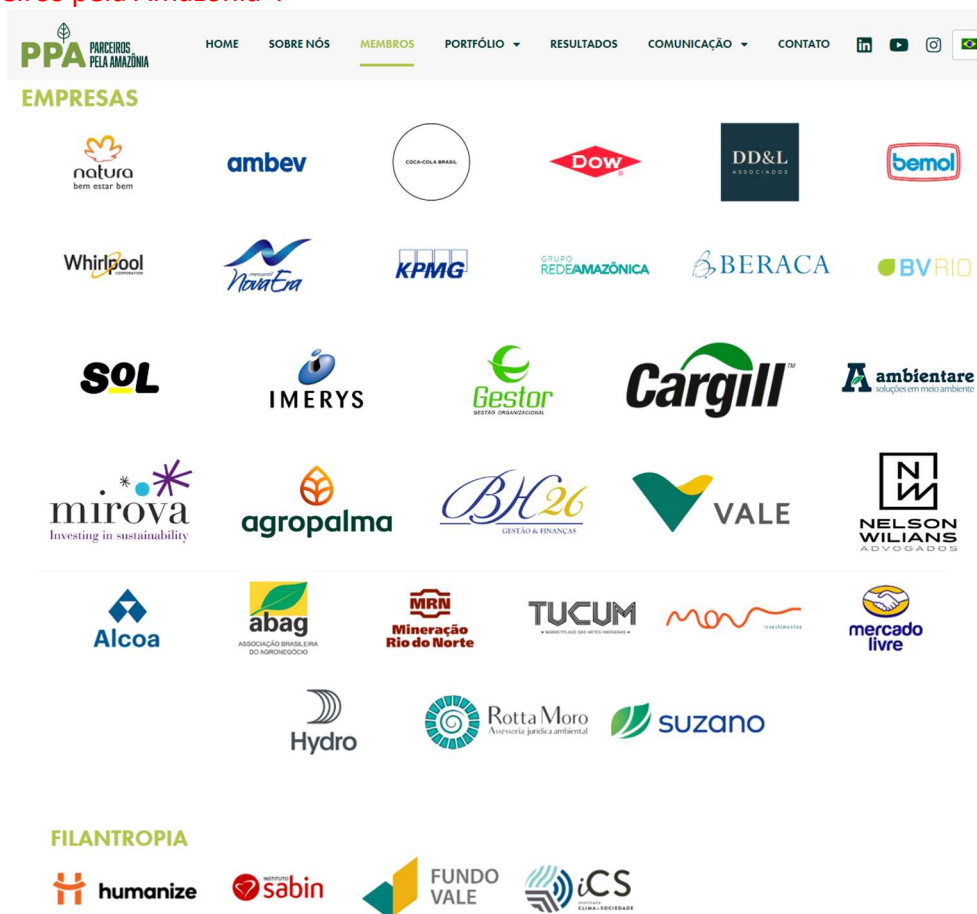
¹¹ <https://www.usaid.gov/brazil/our-work/environmental-partnerships>

¹² <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/1088>

Artigo VI

1. As condições básicas de realização do supracitado Projeto foram registradas em um Termo Cooperação de Desenvolvimento (DOAG) firmado entre a ABC/MRE e a USAID, em 05 de agosto de 2014.
2. Quaisquer compromissos assumidos pelo Governo dos Estados Unidos da América para o Projeto através de instrumentos separados poderá ser reprogramado de comum acordo entre os dois Governos, sem que isto acarrete qualquer prejuízo para ambas as Partes.
3. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes. Em caso de publicação dos referidos documentos, as Partes deverão ser prévia e formalmente consultadas e expressamente mencionadas no documento publicado, que deverá apresentar os respectivos emblemas dos Governos e das instituições por eles designadas para formulação e execução do Projeto por meio deste Ajuste complementar.

Em síntese, o Ajuste Complementar visava a instrumentalizar o projeto ARPA, “a maior iniciativa de proteção de florestas tropicais do mundo”¹³, de modo a viabilizar a implementação, a partir de 2017, da **Plataforma Parceria pela Amazônia (PPA), financiada e controlada por megainvestidores interessados nos recursos da biodiversidade e do subsolo da Amazônia brasileira**. Abaixo, os autointitulados “parceiros pela Amazônia”:



¹³ https://www.funbio.org.br/programas_e_projetos/programa-arpa-funbio/

SOCIEDADE CIVIL



ESTRATÉGICOS



PARCEIRO INSTITUCIONAL



A PPA é, no âmbito da USAID, iniciativa do governo dos EUA na Amazônia brasileira, integrante do programa “Parceria pela Conservação da Biodiversidade da Amazônia” (PCAB):

“A PCAB visa assegurar a integridade e a conservação do ecossistema amazônico pelos próximos 20 anos - por meio dos efeitos duradouros da Parceria - assim como melhorar o bem-estar e a situação econômica das comunidades tradicionais e rurais que vivem na região amazônica. Os governos colaboram para: 1) Consolidação de áreas protegidas, com gestão, monitoramento e conservação implementados; 2) Expansão de cadeias de valor e negócios baseados na sociobiodiversidade; 3) Engajamento com o setor privado para promoção de meios de vida sustentáveis. 4) Por meio destes pilares, a USAID busca promover o uso de tecnologia, inovação e tomada de decisões com base na ciência em terras e gestão de áreas protegidas, uso público e atividades econômicas.”¹⁴ (grifei)



Partnership for the Conservation of Amazon Biodiversity (PCAB)



Abaixo, lista de projetos USAID sob o guarda-chuva do programa PCAB¹⁵:

1. Novas Tecnologias ajudam a melhorar gerenciamento territorial;
2. **Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA) – projeto apresentado em detalhes no documento específico sobre PPA e “Alliance Biodiversity & CIAT”;**
3. Produção de dendê em sistema agroflorestal: Inovação e sustentabilidade;

¹⁴ https://pcabhub.org/pt-br/parceria-para-a-conservacao-da-biodiversidade-na-amazonia-pcba?set_language=pt-br

¹⁵ <https://pcabhub.org/pt-br/quem-somos/projectos-sp>

4. Território Médio Juruá;
5. Gestão de Áreas Protegidas e Desenvolvimento de Cadeias de Valor;
6. Nossa Terra: Gestão de Terras Indígenas no sul do Amazonas;
7. Conservação e Manejo de Áreas Protegidas: Monitoramento Participativo de Biodiversidade; e
8. Programa de Territórios Sustentáveis (PTS).

A seguir, resumo dos projetos do programa PCAB, conforme descrição constante da página em português mantida pela USAID/Brasil¹⁶:

P 1. Novas Tecnologias ajudam a melhorar gerenciamento territorial¹⁷

Implementado pela Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM), o Projeto Novas Tecnologias utiliza inovação e tecnologia para capacitar populações quilombolas para a eficiente gestão de seus territórios, preservando suas culturas. O projeto ainda apoia instituições públicas e ajuda pequenos produtores a ampliar sua eficiência produtiva.

Duas tecnologias são usadas para apoiar a gestão de territórios: Google Earth e Open Data Kit (ODK). O Google Earth permite que grupos mapeiem sua infraestrutura, elementos culturais, áreas de produção e outras informações. Já o ODK ajuda na coleta de dados e gestão. Como exemplo, o ODK possibilita aos usuários compreenderem o perfil socioeconômico das comunidades e desenvolverem seus planos de gestão territorial (Planos de Vida).

O projeto trabalha com povos indígenas do Pará (Calha Norte) e comunidades quilombolas de seis estados amazônicos (Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Amapá, Pará e Rondônia), englobando uma área total de mais de 1.6 milhões de hectares. O projeto almeja beneficiar mais de 100 comunidades quilombolas desses Estados. O projeto também trabalha com pequenos produtores que possuem parceria com a Natura, um dos parceiros da Ecam nesse projeto. Também são parceiros da ECAM nessa iniciativa: Imafloa, CONAQ e Google Earth Outreach.

P 2. Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA)¹⁸

A USAID catalisou a criação da Plataforma, e agora tem o papel de facilitação, de convocação e engajamento de novos parceiros. A USAID também co-investe e co-financia iniciativas prioritárias da PPA, igualando os investimentos do setor privado. Como uma nova abordagem, para o Brasil e para a USAID, uma agenda robusta de aprendizado foi desenvolvida para identificar e compartilhar as lições aprendidas destes modelos de financiamento inovadores e plataformas de ação coletiva, para também avaliar como e de que forma a PPA alcança seus objetivos de impacto social e de biodiversidade de longo prazo.

Junto com os líderes empresariais da PPA, a USAID co-coordena a plataforma com apoio do [Centro Internacional de Agricultura Tropical](#) (CIAT). Diversas organizações brasileiras que coordenam e implementam os grupos de trabalho temáticas da PPA, incluindo [IDESAM](#), [ECAM](#), [Instituto Peabiru](#) e [Sitawi](#). As quatro temáticas priorizadas pelas empresas da PPA incluem: 1) Aceleração e investimento em startups e negócios sustentáveis; 2) apoio ao desenvolvimento de bioeconomia no estado do Amazonas por meio de investimentos em pesquisa e desenvolvimento; 3) fortalecimento de cadeias de valor sustentáveis e aumento de compras locais; 4) facilitação de modelos de governança territorial integrada com múltiplos atores junto com mineradoras, comunidades, sociedade civil e governo locais, incluindo mecanismos de financiamento entre empresas e comunidades, além de abordagens de conservação de terras privadas que beneficiem o bem estar da comunidade.

A PPA é uma abordagem inovadora que incentiva o engajamento do setor privado dentro da Parceria para a Conservação da Biodiversidade na Amazônia (PCAB) da USAID/Brasil, apoiando a PCAB ao estimular liderança e investimentos do setor privado na conservação da biodiversidade amazônica e desenvolvimento sustentável. O sucesso a longo prazo da PPA depende do comprometimento de seus líderes do setor privado e parceiros. A USAID contribuiu no desenvolvimento da PPA baseada na experiência e lições aprendidas com a parceria [Mais Unidos](#).

¹⁶ <https://pcabhub.org/pt-br/quem-somos/projetos-sp>

¹⁷ <https://pcabhub.org/pt-br/quem-somos/projetos-sp/novas-tecnologias-e-comunidades>

¹⁸ <https://pcabhub.org/pt-br/quem-somos/projetos-sp/plataforma-de-parcerias-para-a-amazonia-ppa>

P 3. Produção de dendê em sistema agroflorestal: Inovação e sustentabilidade¹⁹

Em parceria com a Natura, uma das maiores empresas brasileiras de cosméticos, o projeto tem o objetivo de apoiar a produção do óleo de dendê sustentável em terras degradadas da Amazônia, aumentar os benefícios socioeconômicos da cadeia de valor do produto, valorizar a biodiversidade brasileira e o conhecimento de pequenos agricultores locais, assim como testar sistemas agrícolas que promovam a diversificação de renda, serviços ambientais e sejam resilientes às mudanças climáticas. O óleo de dendê, conhecido mundialmente como óleo de palma, é um dos principais ingredientes utilizados na fabricação de sabonetes e produtos de higiene.

Junto com a Cooperativa Agrícola de Tomé-Açú (CAMTA), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Centro Internacional de Pesquisa Agroflorestal (ICRAF), a Natura estuda o dendê em sistemas agroflorestais (SAF) e estimula a participação dos agricultores nas pesquisas de campo, bem como na estratégia de expansão desse sistema de produção e no modelo de negócio.

Além do dendê (*Elaeis guineensis*), o SAF tem diversos produtos como o cacau (*Theobroma cacao*), o açaí (*Euterpe oleracea*), a bacaba (*Oenocarpus* sp), a andiroba (*Carapa guianensis*), entre outros. A diversificação de renda é um dos principais ganhos desse sistema para o agricultor e contribui para a sustentabilidade econômica do modelo.

O SAF Dendê é uma vitrine tecnológica e recebe centenas de visitantes por ano, podendo se tornar a maior referência de pesquisa de óleo de palma sustentável do mundo, bem como na busca da relação “ganha-ganha” para produção dessa commodity, que geralmente está vinculada a conflitos socioambientais.

Junto com os parceiros de pesquisa, em 2018 foram celebrados os 10 anos de pesquisa do SAF Dendê. Um dos principais resultados do projeto foi a mudança de paradigma quanto à produção de dendê em sistemas diversificados, quebrando a regra de produzir dendê apenas em monocultura. Este é um experimento pioneiro que tem mostrado produtividades superiores de dendê, cultivado em sistemas agroflorestais (cerca de 17 espécies testadas ao longo do tempo), comparado ao modelo convencional (em monocultura). Adicionalmente, a Natura também celebra este ano a estratégia de expansão do cultivo do dendê em sistemas agroflorestais, assim como a construção do plano de negócios para a produção do óleo de palma.

P 4. Território Médio Juruá

Território Médio Juruá

Com apoio da USAID e em parceria com Natura e Coca-Cola Brasil, a [SITAWI](#) – organização pioneira no desenvolvimento de soluções financeiras para impacto social e na análise da performance socioambiental de empresas e instituições financeiras – faz a gestão de um projeto de desenvolvimento na região do Médio Juruá, em Carauari, no Amazonas. A área tem 64 comunidades ribeirinhas concentradas em duas Reservas Extrativistas: Resex Médio Juruá e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari.

O plano tem duas vertentes: investimento nas cadeias produtivas da sociobiodiversidade e execução de projetos de progresso social que priorizem a sustentabilidade ambiental e contribuam para a conservação da biodiversidade dentro e fora das reservas.

O projeto é implementado em conjunto com o Fórum de Desenvolvimento Territorial do Médio Juruá, do qual fazem parte, entre outras, a [Fundação Amazonas Sustentável \(FAS\)](#), a Associação de Produtores Rurais de Carauari (ASPROC), a Associação de Moradores Extrativistas da Reserva Uacari (AMARU), a Associação de Moradores Extrativistas da Comunidade de São Raimundo (AMECSARA) e a Associação de Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá (ASMAMJ).

¹⁹ <https://pcabhub.org/pt-br/quem-somos/projetos-sp/projeto-saf-dende-reconciliando-subsistencia-com-conservacao-na-producao-do-oleo-de-palma-de-dende>

P 5. Gestão de Áreas Protegidas e Desenvolvimento de Cadeias de Valor²⁰

Gestão de Áreas Protegidas e Desenvolvimento de Cadeias de Valor

O Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS) coopera com o governo brasileiro há mais de duas décadas e com ICMBio desde sua criação, em 2007. A cooperação se dá por meio de quatro eixos:

- 1) Parceria técnica com ICMBio para aperfeiçoamento do gerenciamento de conservação;
- 2) Fortalecimento das cadeias de valor de produtos extrativistas como castanha do Brasil e Pirarucu, extração sustentável de madeira e açai;
- 3) Aprimoramento do uso público de Unidades de Conservação;
- 4) Aperfeiçoamento e implementação de Planos de Manejo e prevenção de fogo das áreas protegidas.

Há também uma parceria técnica com a FUNAI visando seu fortalecimento institucional, bem como apoio ao desenvolvimento de cadeias de valor sustentáveis em Terras Indígenas. As áreas prioritárias do projeto incluem diversos tipos de áreas de proteção ambiental: Reservas Extrativistas (57%), Parques Nacionais (25%), Parques Estaduais (12%) e Florestas Nacionais (6%).

Além do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (*ICMBio*) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI), os outros parceiros são: Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Virginia Tech (VT), Duke University, Colorado State University (CSU), University of Montana (UM), West Virginia University (WVU), Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ), U.S. National Park Service (NPS), Pacto das Águas, Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Instituto Floresta Tropical (IFT), Conservation Strategy Fund (CSF), Operação Amazônia Nativa (OPAN), Instituto de Manejo e Certificação Florestal (IMAFLOA), Fundação Vitória Amazônica (FVA), Aliança da Terra (AT), Sindicato dos Bares e Restaurantes (SindRio), Instituto Maniva, Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Memorial Chico Mendes (MCM) além das organizações de base comunitária como Associação Indígena Doá Txatô (Terra Indígena Rio Branco, Rondônia), Associação dos Seringueiros das RESEX Federal e Estadual do Rio Cautário (AGUAPE), Cooperativa Mista Agroextrativista Sardinha (COOPMAS), Associação dos Agropecuários de Beruri (ASSOAB), Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Unini (COOMARU), Associação de Produtores e Beneficiários Castanha do município de Amaturá (APROCAM), Cooperativa Verde de Manicoré (COVEMA), Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz (CDS), Associação Agroextrativista de Auatí-Paraná (AAPA), Associação dos Seringueiros do Rio Ouro Preto (ASAROP), Associação dos Seringueiros e Agroextrativistas da RESEX Rio Ouro Preto (ASAEX). Cooperativa Mista Agroextrativista Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Rio Arimum (Coomnspra), Associação dos Seringueiros e Produtores de Carauari (ASPROC), Associação dos Comunitários Que Trabalham Com Desenvolvimento Sustentável no Município de Jutai (ACJ), Associação de Desenvolvimento Sustentável dos Produtores Agroextrativista da Comunidade Itapéua, Associação Comunitária Deus Proverá, Associação Comunitária São Benedito do Ynubi, Associação Comunitária Agroextrativista do Rio Curuminim, e Associação de Desenvolvimento Agroextrativista do Baixo Acaraí (ADABA).

²⁰ <https://pcabhub.org/pt-br/quem-somos/proyectos-sp/apoio-ao-sistema-de-areas-protégidas-do-governo-brasileiro>

P 6. Nossa Terra: Gestão de Terras Indígenas no sul do Amazonas

Nossa Terra: Gestão de Terras Indígenas no sul do Amazonas

Dedicado a formar lideranças locais, o IEB também atua no fortalecimento de organizações nas áreas de manejo dos recursos naturais, gestão ambiental e territorial e outros temas relacionados à sustentabilidade. Por meio de ações educativas, incorpora os saberes de parceiros, as diferentes culturas e as técnicas populares.

Na PCBA, juntamente com a OnG Operação Amazônia Nativa (OPAN), o IEB apoia a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI) no sul do Amazonas. Trabalhando diretamente com associações indígenas, o projeto busca fortalecer a capacidade dessas organizações para que se tornem mais eficientes em autogestão e gerenciamento de projetos. O IEB gerencia um fundo para pequenos projetos criados pelos indígenas, que atendem às necessidades de gestão mais imediatas em seus territórios.

Com sua experiência em capacitação, o IEB também busca ampliar a sustentabilidade das cadeias produtivas da Castanha do Brasil, do pirarucu e de outros produtos não madeireiros advindos dessas comunidades.

P 7. Conservação e Manejo de Áreas Protegidas: Monitoramento Participativo de Biodiversidade

Conservação e Manejo de Áreas Protegidas: Monitoramento Participativo de Biodiversidade

Projeto realizado pelo IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas, apoia o ICMBio no desenvolvimento e implementação de protocolos de monitoramento da biodiversidade em 17 Unidades de Conservação da Amazônia. Os protocolos de monitoramento podem ser adotados por outros biomas brasileiros bem como por outros países da Bacia Amazônica.

O envolvimento das comunidades locais na conservação e na gestão das áreas protegidas é estimulado por meio de treinamentos e participação ativa nas atividades de campo. Os monitores locais da biodiversidade implementam protocolos de monitoramento de diversos alvos de conservação - alguns deles identificados pelas próprias comunidades locais.

Os resultados do monitoramento fornecem subsídios para gestão das Unidades de Conservação, da biodiversidade e de manejo de recursos naturais. As informações serão disponibilizadas em uma plataforma digital e apoiarão a criação de uma ponte virtual para que os dados do monitoramento da biodiversidade sejam compartilhados, vistos e analisados pelo [Portal da Biodiversidade](#), do Ministério do Meio Ambiente.

P 8. Programa de Territórios Sustentáveis (PTS)

“A Política de Atuação Integrada de Territórios Sustentáveis visa oferecer alternativas para a transição econômica das áreas pressionadas pelo desmatamento, priorizando os produtores que aderiram ao Programa na oferta de crédito rural e regularização ambiental, zoonosológica e fundiária.”²¹



²¹ <https://www.plataformats.org.br/>

Público alvo

- Produtor Rural - Todos

Salvaguardas de Cancun relacionadas

- Estrutura de Governança transparente, que respeite a soberania nacional e acordos internacionais relevantes
- Preservar e conservar florestas naturais e ecossistemas
- Evitar o deslocamento das emissões de carbono para outras áreas
- Evitar a reversão de resultados

Benefícios ofertados

- Assistência técnica para regularização ambiental
- Assistência técnica para regularização fundiária
- Assistência técnica para acesso a crédito rural
- Assistência técnica para implementação de boas práticas agropecuárias



2070,0

Hectares em recuperação



1635

Beneficiários diretos

Municípios de atuação



- Água Azul do Norte - TS Baixo Araguaia
- Bannach - TS Baixo Araguaia
- Brejo Grande do Araguaia - TS Tocantins
- Canaã dos Carajás - TS Carajás
- Conceição do Araguaia - TS BR 158
- Cumaru do Norte - TS BR 158
- Curionópolis - TS Carajás
- Eldorado dos Carajás - TS Carajás
- Floresta do Araguaia - TS BR 158
- Itupiranga - TS Tocantins

3. Reações ao estreitamento das relações entre USAID e o Brasil, em 2019, visando à criação de fundo financiado pelo setor privado

O anúncio do estreitamento das relações do Ministério do Meio Ambiente (MMA) com a USAID chegou a ser formalmente questionado pela bancada do PSOL, em 2019, mas as autoridades responsáveis pela gestão do acordo no MMA alegaram ser natural e esperada a forma de aproximação de Brasil e USAID ao longo dos anos.

Abaixo, o anúncio da Carta de Intenção entre a USAID e MMA, em março de 2019, conforme descrito na página da Embaixada dos EUA em Brasília²²:

“Os governos dos Estados Unidos da América e da República Federativa do Brasil vêm colaborando, ao longo de décadas, para conservar a biodiversidade e promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira. Ambos os países compartilham o entendimento de que a parceria e o envolvimento do setor privado são fundamentais para o desenvolvimento de modelos produtivos sustentáveis e voltados para o mercado na Amazônia. Além disso, o acesso ao crédito e financiamento é um dos principais impedimentos para o fortalecimento do empreendedorismo, cadeias de valor, inovação e startups na região. Ambos os países acreditam que, com o investimento de impacto no Brasil em rápida expansão, uma abordagem financeiramente viável e escalonável liderada pelo setor privado pode impulsionar o financiamento de oportunidades econômicas

²² <https://br.usembassy.gov/pt/carta-de-intencao-entre-a-agencia-dos-eua-para-desenvolvimento-internacional-e-o-ministerio-do-meio-ambiente-da-republica-federativa-no-brasil/>

que preservem as florestas e a biodiversidade e também tenham impactos positivos nas comunidades locais.

(...)

Ambos os países pretendem trabalhar em conjunto para o lançamento de um fundo pioneiro de investimento de impacto com foco na biodiversidade, no montante de US\$ 100 milhões, para a Amazônia brasileira (“Fundo”), financiado em grande parte com capital do setor privado. O Fundo almeja oferecer oportunidades de investimento em setores de alto risco e difícil acesso, com potencial para criar negócios de impacto bem-sucedidos e escalonáveis, alinhados com a conservação das florestas e da biodiversidade. O Fundo pretende fornecer capital de longo prazo para cadeias de valor, negócios e startups que promovam o uso sustentável dos recursos florestais e da biodiversidade e diminuam o desmatamento, enquanto melhoram o bem-estar nas comunidades locais. Ao fortalecer o ecossistema financeiro e de investimento de impacto na Amazônia e oferecer um modelo de financiamento misto para superar os desafios inerentes, os governos do Brasil e dos Estados Unidos propõem um novo modelo de desenvolvimento que pode ser escalonado e replicado no futuro em toda a Amazônia, outras regiões do Brasil e no restante do Hemisfério Ocidental.” (grifei)

A seguir, a resposta do MMA face ao **“Requerimento de Informação nº 315/2019”** apresentado pela bancada do PSOL na Câmara, relativamente À **“Carta de Intenções** firmada entre USAID e MMA”:



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Relações Internacionais
Gabinete SRI

DESPACHO Nº 16006/2019-MMA

Assunto: Respostas - Requerimento de Informação nº 315, de 2019 (bancada do PSOL) sobre Carta de Intenções firmada entre USAID e MMA

Ao GM e à ASPAR,

Segue, conforme solicitado, as respostas desta Secretaria referentes ao Requerimento de Informação nº 315, de 2019 (bancada do PSOL) sobre Carta de Intenções firmada entre USAID e MMA. Esta Secretaria permanece à disposição para dirimir eventuais dúvidas.

1) Em 20 de março, à assinatura da carta foi dada publicidade e ampla divulgação na página institucional do Ministério do Meio Ambiente. Muito embora a carta, de apenas uma lauda, não esteja acessível para visualização, os seus pontos principais constam no endereço a seguir: [http://mma.gov.br/informma/item/15427-brasil-e-eua-articulam-fundo-de-u\\$-100-mi-para-uso-sustent%C3%A1vel-na-amaz%C3%B4nia.html](http://mma.gov.br/informma/item/15427-brasil-e-eua-articulam-fundo-de-u$-100-mi-para-uso-sustent%C3%A1vel-na-amaz%C3%B4nia.html)

2) A sustentabilidade dos investimentos deverá ser critério de análise das propostas apresentadas, já que os recursos se destinam ao financiamento de empreendimentos privados sustentáveis que têm impacto positivo sobre a biodiversidade na Amazônia. Ressalta-se, porém, que os termos de referência para seleção de empreendimentos beneficiados pelo fundo estão em processo de definição.

3) Brasil e Estados Unidos possuem longo histórico de cooperação na área ambiental. No período recente, destacam-se:

- Em 2005, o MMA e a Agência de Proteção Ambiental dos EUA estabeleceram a Agenda Comum sobre Meio Ambiente, espaço de diálogo de alto nível entre os dois países visando coordenar as ações de cooperação e estabelecer áreas prioritárias de atuação.
- Em 2010, foi assinado acordo para conversão da dívida brasileira, por meio do “Tropical Forest Conservation Act” (TFCA), instrumento estabelecido por Lei naquele país, e destinado exclusivamente à proteção de florestas tropicais.
- Em 2011, o Governo Brasileiro e a Agência de Proteção Ambiental – EPA lançaram a “Iniciativa Conjunta sobre Sustentabilidade Urbana – JIUS”, a fim de adensar as ações de cooperação na promoção da sustentabilidade urbana.
- Em 2012, foi assinado o Memorando de Entendimento entre o MMA e a EPA, com vistas a promover o intercâmbio de conhecimento em metodologias e instrumentos de avaliação de impacto ambiental; modelagem, análise e gestão de riscos; avaliação de impacto ambiental de grandes projetos de infraestrutura; metodologias e instrumentos de monitoramento da qualidade do ar; segurança química.
- Em 2014, foi firmado um termo de cooperação denominado, *Development Objective Agreement of 106 Grant – DOAG*, entre a Agência Brasileira de Cooperação e a Agência para a Cooperação Internacional dos Estados Unidos – USAID. Trata-se de um programa de cinco anos (2015-2019), com recursos reservados (*earmarked*) pelo Congresso dos EUA da ordem de US\$ 10 milhões/ano (podendo alcançar US\$ 50 milhões). Em 2018, foi anunciado valor adicional de US\$ 30 milhões – perfazendo um total de US\$ 80 milhões para essa iniciativa.

Diante desse quadro, o aprofundamento da cooperação entre os dois países em matéria ambiental é algo natural e de grande interesse para o Brasil, diante do desafio de fortalecer as ações de conservação e uso sustentável dos recursos naturais da Região Amazônica.

A assinatura de uma “Carta de Intenções” entre os dois países registra, portanto, a disposição de seguirem cooperando para aperfeiçoar os instrumentos que possam dar suporte aos projetos e iniciativas em curso e também futuras, sem quaisquer desdobramentos formais de obrigações entre as partes neste momento.

Sobre a questão de planejamento setorial para a região, destaca-se o PPCDAM como exemplo.

4) O MMA tem como missão formular e implementar políticas públicas ambientais nacionais de forma articulada e pactuada com os atores públicos e a sociedade para o desenvolvimento sustentável. A visão de futuro do MMA é ser reconhecido pela sociedade e pelo conjunto de atores públicos por sua excelência, credibilidade e eficiência na proteção do meio ambiente.

Ao assinar a Carta de Intenções com a USAID, em que o Ministério manifesta compromisso de participar efetivamente do

esforço de fortalecer as parcerias e o envolvimento do setor privado no desenvolvimento de modelos produtivos sustentáveis para a Região Amazônica, encontra-se presente, como pano de fundo, a missão e a visão do MMA, buscando criar oportunidades para a conservação da biodiversidade, a restauração da terra e a redução do desmatamento, o que pode levar à substituição de práticas ilegais e insustentáveis por opções legais e sustentáveis, em consonância com as políticas e marcos regulatórios vigentes.

A transformação da Carta de Intenções em ações concretas levará em consideração o cumprimento das políticas e diretrizes que permeiam a atuação dos órgãos federais na Região Amazônica, tendo como premissa a responsabilidade de cuidar da maior floresta tropical em extensão e a maior reserva de biodiversidade do planeta.

5) A efetiva constituição do Fundo e suas regras de operacionalização ainda se encontram em discussão entre as partes. Por conter informações de natureza comercial e financeira, o acesso a tais informações é condicionado a celebração de acordo de confidencialidade por parte de todos os envolvidos até a sua conclusão. As informações em questão estarão disponíveis a partir do registro do instrumento financeiro junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

6) Não há previsão de realização de estudo de impacto previamente a constituição do Fundo. O Fundo se destina a empresas privadas e possíveis impactos serão avaliados caso a caso pelo órgão ambiental competente quando do licenciamento ambiental do empreendimento.

7) A Carta em comento registra intenção de colaboração, não sendo necessário estudo prévio para sua celebração. Os mecanismos de financiamento e os critérios para acesso aos recursos estão em elaboração pelas partes envolvidas.

8) Não há previsão de participação obrigatória de nenhum segmento social no processo de investimento do Fundo de Impacto previsto na Carta de Intenções. Vale destacar que os recursos poderão ser acessados em procedimento seletivo aberto destinado ao financiamento de empreendimentos privados sustentáveis que têm impacto positivo sobre a biodiversidade na Amazônia.

9) Os termos referentes ao compartilhamento de informações entre as partes cooperantes estão em processo de definição, sendo objeto de futuras decisões.

10) A legislação em vigência será cumprida e observada ao longo do processo de seleção dos empreendimentos que terão acesso aos recursos do Fundo de Impacto, bem como durante monitoramento da execução dos projetos. Ressalta-se que as linhas de financiamento que serão disponibilizadas para a recepção de propostas de projetos estão ainda em processo de definição.

11) Os indicadores de impacto serão definidos por grupo de especialistas sobre a região amazônica, a serem selecionados pela instituição gestora do Fundo. Impactos, riscos e ameaças serão avaliados quando da seleção dos projetos e ao longo do seu monitoramento.

12) A efetiva constituição do Fundo e suas regras de operacionalização ainda se encontram em discussão entre as partes. Por conter informações de natureza comercial e financeira, o acesso a tais informações é condicionado a celebração de acordo de confidencialidade por parte de todos os envolvidos até a sua conclusão. As informações em questão estarão disponíveis a partir do registro do instrumento financeiro junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

13) Não existem estudos que comprovem compatibilidade em razão de não haver qualquer relação com o Fundo Amazônia.

14) A discussão teve início em janeiro de 2019, quando autoridades do Governo americano apresentaram a questão ao Presidente Bolsonaro e ao Ministro Ricardo Salles. Participaram das conversas, além do MMA, ICMBIO, ABC, MRE, USAID, CIAT.

15) Cópia da Carta de Intenções encontra-se anexa.